

Casas, fazenda e fábrica: espaços de circulação e o conhecimento geográfico sobre o Brasil nas primeiras décadas do Oitocentos

Houses, farm and factory: spaces of circulation and the geographic knowledge about Brazil in the first decades of the 19th century

JOSÉ ROGÉRIO BEIER

<https://orcid.org/0000-0001-5938-4924>

Universidade de São Paulo / São Paulo, SP, Brasil

BEIER, José Rogério. Casas, fazenda e fábrica: espaços de circulação e o conhecimento geográfico sobre o Brasil nas primeiras décadas do Oitocentos. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 32, p. 1-29, 2024.

DOI: <https://doi.org/10.11606/1982-02672024v32e30>

RESUMO: Este artigo propõe uma reflexão acerca do problema da circulação do conhecimento geográfico nas três primeiras décadas do século XIX. Partindo do exemplo de quatro espaços de circulação, procurados amiúde por cientistas e homens de letras estrangeiros que visitaram o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, buscamos compreender o papel desses locais na produção e circulação do conhecimento geográfico antes mesmo da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838). Para tanto, centramos o foco de nossa análise nos registros das visitas de cientistas como os barões de Eschwege e de Langsdorff, por exemplo, bem como no papel desempenhado pelo engenheiro-militar luso-brasileiro, Daniel Pedro Müller, como anfitrião de alguns desses viajantes na então capitania de São Paulo. Recorremos a fontes diversas, como os relatos de viagens, a correspondência oficial da administração colonial, ensaios histórico-estatísticos e plantas e mapas geográficos que foram estudados pelos viajantes ou produzidos por eles a partir das informações levantadas no âmbito de suas visitas. É nosso objetivo, portanto, apontar para a emergência desses espaços de circulação em diferentes partes do país, onde os cientistas estrangeiros se deparavam com conhecimentos geográficos produzidos por um grupo lato de pessoas, cuja abrangência incluía engenheiros-militares, matemáticos e astrônomos, mas também sertanistas e as populações indígenas. A melhor compreensão desses espaços, assim como do modo como o conhecimento ali acessado pelos estrangeiros se reconfigurou para ser empregado em seus trabalhos, contribui para reforçar não só a natureza compartilhada do processo de produção de conhecimento, mas, principalmente, como este último se constitui a partir de incessantes movimentos de idas e vindas, aspectos significativos para uma percepção mais aprofundada da noção de autoria em trabalhos de natureza científica ou, mais especificamente, geográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Viajantes. Conhecimento científico. História das ciências. História da Geografia. História da Cartografia.

ABSTRACT: This paper proposes a reflection on the problem of circulation of geographical knowledge in the first three decades of 19th century. Using the example of four circulation spaces, frequently visited by foreign scientists and men of letters who went to Rio de Janeiro, São Paulo, and Minas Gerais, we seek to understand the role these places played in the production and circulation of geographic knowledge before the founding of the Brazilian Historical and Geographic Institute (1838). To that end we focused our analysis on travel journals and records of visits by scientists such as the barons of Eschwege and Langsdorff, for example, as well as on the role of the Portuguese-Brazilian military engineer, Daniel Pedro Müller, as host of some of these travelers during their stay in the former captaincy of São Paulo. We used diversified sources, such as travel journals, official correspondence from the colonial administration, historical-statistical essays, plants, and geographical maps that were studied by the travelers or produced by them based on information collected during their visits. Therefore, it is our goal to point out to the emergence of these spaces of circulation in different parts of the country, where foreign scientists were presented to geographic knowledge produced by a wide group of people, whose scope included military engineers, mathematicians, and astronomers, but also sertanists and indigenous population. A better comprehension of these spaces, and the way in which the knowledge these foreigners scientists accessed there was reconfigured to be used in their works, contributes to reinforce not only the shared nature of the knowledge production process, but, mainly, how the latter is constituted from incessant movements of comings and goings, significant aspects for a more in depth perception of the notion of authorship in works of scientific or, more specifically, geographic nature.

KEYWORDS: Travellers. Scientific knowledge. History of sciences. History of Geography. History of Cartography.

A não ser no Quinhentos e, até certo ponto, no Seiscentos, nunca o nosso país parecera tão atraente aos geógrafos, aos naturalistas, aos economistas, aos simples viajantes, como naqueles anos que imediatamente se seguem à instalação da Corte portuguesa no Rio e à abertura dos portos ao comércio internacional.

Sérgio Buarque de Holanda¹

INTRODUÇÃO

As primeiras décadas do século XIX marcaram um período na América portuguesa, depois Brasil, em que o país atraiu a atenção de vários geógrafos, mineralogistas, artistas e outros cientistas e homens de letras oriundos da Europa e dos Estados Unidos. Tal movimentação pode ser mais bem compreendida se considerarmos o contexto da chegada da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, e a abertura dos portos ao comércio internacional. Com isso, todas as barreiras que anteriormente impediam a entrada de viajantes de distintas partes do velho e do novo mundo também foram removidas. A partir de então, eles foram autorizados a estudar um país que lhes parecia desconhecido, especialmente em seu interior e, portanto, com a promessa de muitas novidades.

Não raro, a experiência desses estrangeiros no Brasil resultou na produção de diários de viagens que, entre outros objetivos, colocaram em circulação a informação sobre o país na Europa, como demonstrou Karen Lisboa em seu estudo sobre os naturalistas bávaros Johann Baptist von Spix e Carl Phillip von Martius.² Não por outra razão, Sérgio Buarque de Holanda considerava justamente esses homens, “emboabas de olho azul e língua travada, falando francês, inglês, [e] principalmente alemão”, os responsáveis por realizar o que ele denominou de “novo descobrimento do Brasil”³.

Todos esses homens tinham em comum, enquanto viajantes, cientistas, artistas e homens de letras, uma sede insaciável em obter informações que poderiam ajudá-los a organizar suas próprias expedições e, acima de tudo, a produzir trabalhos contendo as novidades sobre o Brasil para um público europeu bastante ansioso, especialmente após as primeiras publicações de Alexander von Humboldt seguida do retorno de sua viagem pela América (1804). No entanto, ao chegarem no Brasil, onde e como esses homens poderiam obter informações sobre o país se a primeira tipografia brasileira, por exemplo, tinha acabado de chegar no Rio de Janeiro junto com a Corte portuguesa em 1808? Se a litografia, técnica usada para impressão de estampas e mapas, estava ainda em sua infância em 1810? Se as próprias instituições de ensino superior ou científicas, como a Academia Real Militar (1810), a Biblioteca Nacional (1810), a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1816), o Museu Real (1818), as Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife (1827) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), ainda estavam se organizando nessas primeiras décadas do Oitocentos?

1. Holanda (1965, p. 12).

2. Lisboa (1997, p. 29). Dois exemplos de diários publicados por cientistas germânicos que estiveram no Brasil nas primeiras décadas do século XIX são: VON ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig. *Journal von Brasilien, oder Vermischte nachrichten aus Brasilien*. Weimar: Im Verlage des Gr. H.S. pr. Landes-industries-comptoirs, 1817; VON SPIX, Johann Baptiste; VON MARTIUS, Carl Phillip. *Reise in Brasilien auf Befehl Sr. Majesta?t Maximilian Joseph I. Ko?nigs von Baiern in den Jahren 1817 bis 1820*. Mu?nchen: Lindauer, 1823-1831. Atlas, 3 vols.

3. Holanda, *op. cit.*, p. 13.

4. Júnia Furtado afirma que o reinado de João V (1706-1750) foi caracterizado por ser um ambiente cultural a par com o que se chamava de Iluminismo por contemporâneos e com características muito próximas com o que ocorria na França e em diversos países da Europa naquela mesma época. Ver: Furtado (2012, p. 75-76).

5. Para uma síntese dos esforços da Coroa portuguesa na promoção da renovação das bases do conhecimento em Portugal e seus domínios durante o século XVIII, ver: Conceição (2019, p. 818-841). Para uma reconstituição dos experimentos do primeiro planejamento territorial sistemático realizados durante o reinado de José I, e a consequente política de treinamento de quadros técnicos especializados com a criação das novas academias militares, ver: Kantor (2012, p. 241-242).

6. Conceição, *op. cit.*, p. 823.

7. Sobre o entendimento dos aspectos políticos em torno do conceito de território, Elden sugere que este último é frequentemente entendido pelos acadêmicos como “terra” e “terreno”, isto é, a partir de suas relações político-econômicas e político-estratégicas. A partir dessa constatação, argumenta que esses aspectos são essenciais, mas insuficientes para problematizar o território, sendo também necessário interrogá-lo em suas relações com o Estado e com o espaço, jogando luz sobre suas esferas político-jurídicas (controle legal) e político-técnicas (instrumentos e técnicas de medida), a ênfase recaindo sobre essas últimas. Ver: Elden (2010, p. 799-817).

Importa não perder de vista, no entanto, que a despeito de o Brasil ter passado por um processo de institucionalização científica ao longo da primeira metade do Oitocentos, a produção de conhecimento científico sobre o país, particularmente aqueles relacionados a sua geografia e seu potencial natural para o benefício de Portugal, já era francamente estimulado pela Coroa desde o começo do século XVIII.⁴ Mais que isso, a ascensão de José I (reinou de 1750-77) ao trono português marcou um período de intensificação das principais políticas de promoção à renovação das bases do conhecimento, tanto no Reino quanto em seus domínios ultramarinos.⁵

O conhecimento produzido por portugueses e luso-brasileiros durante este período circulou, tanto na Europa como na América, principalmente através do crescente tráfego de seus agentes, da publicação de livros e, sobretudo, da troca de correspondência entre os distintos funcionários da Coroa entre si e com os homens de letras. Entretanto, se é verdade, como Gisele da Conceição recorda, que “o Império português estava conectado por vias marítimas” e que por elas havia uma “intensa circulação de textos”⁶, deve-se atentar para o fato de que esse fluxo não era livre e regular, sendo controlado por diferentes instâncias, particularmente as políticas. Um bom exemplo disso é a própria abertura dos portos, que eliminou as restrições previamente impostas aos viajantes estrangeiros para estudar o país, abrindo um novo caminho para a circulação do conhecimento ao promover novas interações culturais entre luso-brasileiros e britânicos, franceses, germânicos, russos e estadunidenses, dentre outros.

Este exemplo dá a ver claramente um momento de transição na forma como a administração colonial aplicava suas estratégias de controle ao território. Estratégias jurídicas, como essas, mas também técnicas de representação do território, davam conteúdos distintos a própria concepção de território em um dado momento histórico. Nesse sentido, é preciso esclarecer, desde já, que território é compreendido neste artigo como um conceito social e geograficamente construído e, portanto, dinâmico, que deve ser interpretado em sua especificidade histórica e geográfica. Mais ainda, tal como esclarece Stuart Elden, o entendemos como uma tecnologia política, isto é, como um problema político em um sentido mais amplo, abarcando suas relações político-econômicas e político-estratégicas, na medida em que território pode ser tido como “terra” ou “terreno”; mas também político-jurídicas e político-técnicas, já que ele também compreende técnicas e instrumentos calculativos capazes de medir e controlar.⁷

É, portanto, no contexto de abertura do país para a recepção dos estudiosos estrangeiros que se inserem as questões em torno do principal problema investigado neste trabalho, qual seja, a circulação do conhecimento científico, mais especificamente o geográfico, nesses momentos que antecederam a institucionalização científica no Brasil. Dada a amplitude do problema frente aos limites de um artigo cien-

tífico, optamos por circunscrever as reflexões propostas neste trabalho em torno de duas questões principais, nomeadamente: onde e de que maneira esses primeiros viajantes estrangeiros tiveram contato com o conhecimento científico em circulação na América portuguesa, depois Brasil, durante sua permanência no país? Dessa forma, partindo de alguns exemplos de interação entre esses viajantes com outros cientistas e homens de letras já estabelecidos no Brasil, buscamos compreender, em primeiro lugar, o papel de alguns lugares específicos – neste artigo denominados de “espaços de circulação” – que foram a miúdo frequentados por diversos viajantes que passaram por Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais para a troca de informações científicas. Além disso, também nos interessou entender melhor a agência desses indivíduos que receberam os viajantes, sobretudo o modo como estes últimos foram colocados em contato com conjuntos de conhecimentos produzidos sobre o Brasil desde as primeiras décadas do século XVII.⁸

As noções de “circulação de conhecimento” e “espaços de circulação” empregadas ao longo deste trabalho seguem as propostas pelo historiador da ciência Kapil Raj. A noção de circulação de conhecimento diz respeito aos:

[...] the processes of encounter, negotiation, and reconfiguration of knowledge that occur in cross-cultural interaction, but one that is sensitive to the asymmetries of power in such processes and the resistances that might ensue.⁹

Convém notar que em todos os casos analisados neste artigo, isto é, tanto nas casas de Müller e Eschewege, como na fazenda de Langsdorff e na fábrica dirigida por Varnhagen, o processo de encontro, negociação e reconfiguração do conhecimento ao qual se refere o Raj não se deu a partir das interações interculturais, uma vez que as interações estabelecidas entre os viajantes e os cientistas germânicos que visitaram o Brasil e seus respectivos anfitriões, compartilhavam a matriz cultural euro-ocidental. A despeito disso, entendemos que este processo é possibilitado através desses espaços de circulação, especialmente em decorrência do caráter cumulativo e compartilhado do conhecimento, que acaba por estabelecer uma relação entre os estrangeiros que visitaram as casas, fazenda e fábrica com os grupos diversos e numerosos de pessoas envolvidos na produção do conhecimento que eles acessaram ali, como se verá mais adiante.

Ademais, a opção por esta categoria justifica-se, ainda, na medida em que concordamos com Raj que a circulação do conhecimento não se dá livremente, mas ocorre no interior de espaços bem delimitados e marcado por desigualdades,¹⁰ aos quais se refere como *espaços de circulação*. Diferentemente da noção de redes, estes espaços sugerem, segundo as palavras do próprio autor:

8. Convém apontar que o foco mais centrado em torno das interações entre viajantes de origens germânicas na capitania, depois província de São Paulo deve-se em razão deste trabalho decorrer de um *workshop* promovido por agências financiadoras de pesquisas dos estados de São Paulo (FAPESP) e da Baviera, na Alemanha (BAYLAT).

9. Raj (2017, p. 49-66).

10. Raj (2007).

11. *Id. ibid.*

12. É importante ter em mente que esses espaços de circulação, como explica Kapil Raj, têm uma dupla natureza: são tanto sociais como físicos. São sociais, pois diferentes formas de conhecimento são exclusivas de grupos sociais específicos ou instituições dentro de dadas sociedades que, por sua vez, tiram vantagens específicas delas e investem substancialmente para mantê-las dentro de seus limites. Por outro lado, eles também são físicos, porque estão contidos em lugares específicos, isto é, áreas ou regiões. Ver: Raj, *op. cit.*, p. 53.

13. Segundo Elida Gould, história emaranhada é uma tradução inexata de *histoire croisée* e teve a sua maior aplicação através das mãos de historiadores europeus, sobretudo aqueles preocupados com a relação franco-alemã. Ver: Gould (2007, p. 766). Para definições de *Comparative History*, *Cross-National History* e *Transnational History*, ver: Cohen e O'Connor (ed.) (2004, p. ix-xxiv). Para um estudo teórico sobre a história emaranhada, ver: Werner (2006, p. 30-50).

[...] a fabric with topographical unevenness, (power) asymmetries, and also the possibility of tapping into an already existing continuum, or cloud, of relations, rather than merely building individual linkages. This notion takes as a starting point the finitude, or potential limits of the extent within which objects (in our case, knowledge-related ones) move. Also, circulation does not entail the smooth flow of knowledge between individuals, communities, civilities, and institutions, and does not imply any synonymy between circulation and fluidity.¹¹

Não por outra razão, portanto, apresentamos alguns exemplos desses *espaços de circulação* que os viajantes de origens germânicas tiveram contato ainda nas primeiras décadas do Oitocentos em São Paulo, Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Com isso buscamos explicitar, em primeiro lugar, a própria emergência de lugares como estes, que passaram a ser procurados por muitos desses homens para a troca de informações científicas. Nosso principal esforço, todavia, se deu no sentido de sublinhar a natureza cumulativa e compartilhada do conhecimento, isto é, demonstrar como o conhecimento produzido por esses viajantes a partir das interações nos espaços de circulação ganhou novas formas, mas não perdeu contato com aquilo que Raj chamou em seu ensaio de “*continuum* ou nuvem de relações preexistentes”.

Os espaços de circulação escolhidos como foco das análises deste artigo são lugares que, entre as décadas de 1800 e 1830, receberam visitas frequentes de cientistas, artistas e homens de letras interessados na troca de informações científicas que pudessem ser úteis em suas respectivas empreitadas.¹² Destacamos particularmente as casas de Daniel Pedro Müller e Wilhelm Ludwig von Eschwege, em São Paulo e Vila Rica (atual Ouro Preto), respectivamente; a fazenda *Mandioca*, de propriedade de Georg Heinrich von Langsdorff, no fundo da baía de Guanabara, no Rio de Janeiro; e a fábrica de ferro São João de Ipanema, nos arredores de Sorocaba, dirigida por Friedrich Ludwig Wilhelm Varnhagen entre 1815-1821.

Cumpramos apontar, entretanto, que a despeito das evidências apresentadas neste artigo acerca do encontro efetivo entre os viajantes estrangeiros com Müller, Eschwege, Langsdorff e Varnhagen em suas casas, fazenda e fábrica, não cabe espaço para dúvidas de que eles também tiveram contato com outros espaços e agentes históricos durante sua estadia no Brasil, de modo que este artigo assume um caráter conjectural ao destacar os usos que estes ilustrados fizeram do conhecimento com o qual tiveram contato nos espaços de circulação aqui estudados. Dito de outra forma, não apresentamos neste artigo um documento que relacione efetivamente as informações que estavam nos espaços de circulação com o trabalho dos cientistas estrangeiros, mas, sim, nossas hipóteses a partir dos indícios daquilo que os viajantes encontraram nesses espaços.

Além disso, importa observar que o problema delineado acima foi enquadrado a partir da “perspectiva do emaranhamento” (*entanglement perspective*, em inglês).¹³ Trata-se de uma abordagem proveniente dos estudos que analisam a histó-

ria das sociedades de uma forma distinta do ponto de vista comparativo. Segundo Elida Gould e Jürgen Kocka, a “história emaranhada” examina sociedades interconectadas ou, nas palavras dos próprios autores, preocupa-se: “[...] com a influência mútua, com as percepções recíprocas ou assimétricas e os processos interligados de constituição mútua”¹⁴. A adoção dessa perspectiva implica, desta forma, na opção por um ponto de vista que interpreta a relação estabelecida entre os viajantes e cientistas estrangeiros como multilateral, incluindo toda uma estrutura envolvendo pessoas, espaços e instituições luso-brasileiras. É um olhar que busca perceber, antes de tudo, o modo como os *espaços de circulação* analisados neste trabalho – as casas, a fazenda e a fábrica – ensejavam a construção de processos compartilhados de produção de conhecimento científico.¹⁵

A CASA DE DANIEL PEDRO MÜLLER

Daniel Pedro Müller (1785-1841) foi um engenheiro-militar luso-brasileiro que se estabeleceu na cidade de São Paulo em 1802.¹⁶ Nascido em Oeiras, próximo a Lisboa, iniciou sua formação como cadete da Academia Real da Marinha em 1795, concluindo sua formação sete anos mais tarde, no posto de capitão de infantaria pela Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho (1802). Neste mesmo ano foi transferido para São Paulo, onde serviu como ajudante de ordem durante o governo do capitão-general Antônio José da Franca e Horta (governou de 1802-11). Foi transferido ao Real Corpo de Engenheiros em 1811, trabalhando para a Coroa portuguesa em São Paulo até 1822. Após a independência política do Brasil, decidiu permanecer no país e jurou à Constituição brasileira outorgada por Pedro I em 1824. Retirou-se do serviço militar como marechal de campo, em 1829, retornando a São Paulo, onde trabalhou ativamente para a administração provincial até sua morte, aos 55 anos, em 1º de agosto de 1841.

A análise da correspondência trocada entre Daniel Pedro Müller e seu pai, em Portugal, revela que desde 1802, quando deixou Portugal, ele buscou manter-se atualizado com os avanços filosóficos, científicos e técnicos que ocorriam na Europa. Com a chegada da Corte portuguesa no Rio de Janeiro e a instalação da Imprensa Real, em maio de 1808, seu desafio ficou um pouco menos difícil, pois começou a ter acesso mais rápido a alguns trabalhos, especialmente na área da economia política, bem como a traduções do francês e inglês de trabalhos no campo das ciências exatas ou, ainda, manuais franceses usados no curso da Academia Militar, estabelecida em 1810 no Rio de Janeiro.¹⁷

Deve-se ter em mente, entretanto, que a cena cultural de São Paulo nas primeiras décadas do Oitocentos era muito mais modesta do que a observada no Rio de Janeiro. A Biblioteca Pública de São Paulo, por exemplo, foi criada

14. No original em inglês: “[...] entangled history are concerned with mutual influencing, reciprocal or asymmetric perceptions and the intertwined processes of constituting one another”. Ver: Gould, *op. cit.*, p. 766. Ver também: Kocka (2003, p. 42, 2003).

15. O emprego desta perspectiva representa, também, uma tentativa de dialogar com as reflexões propostas por acadêmicos não-europeus, estudiosos dos processos de produção de conhecimento a partir das interações assimétricas desenvolvidas entre europeus e outros grupos culturais em locais como a Índia ou a Argentina. Para estudos realizados por autores não europeus que empregaram a abordagem da história emaranhada, ver: Subrahmanyam (p. 735-762) e Rodriguez (2004, p. 387-416).

16. Daniel Pedro Müller tinha ascendência germânica. Seu pai, Johann Wilhelm Christian Müller (1752-1814), era natural de Göttingen e foi o primeiro pastor da Congregação Luterana Protestante de Lisboa. Anos mais tarde, este último assumiu posições como diretor da Real Academia de Ciências de Lisboa. Para mais detalhes sobre a biografia de Daniel Pedro Müller, ver: Beier (2015).

17. Moraes (1993, p. XXIII-XXV).

18. Deaecto (2011, p. 23-56).

19. Para se ter uma ideia, apenas os livros herdados por Müller formavam um conjunto de 755 volumes, escritos em distintas línguas europeias, com ênfase em Ciências, Geografia e História. Vale observar que após receber esses livros, Müller tornou-se o proprietário de uma das maiores bibliotecas particulares de São Paulo nas primeiras décadas do Oitocentos, tendo menos livros apenas do que o bispo Mateus de Abreu Pereira, com seus 1,059 volumes. Para mais informações sobre a biblioteca particular formada por Daniel Pedro Müller, ver: Beier, op. cit., p. 41-44.

20. O grifo é nosso. Ver: von Spix (1824, p. 326-327).

apenas em 1825; a imprensa, por sua vez, foi instalada dois anos mais tarde, em 1827, mesmo ano em que também se inaugurou a primeira instituição de ensino superior da província, a Faculdade de Direito de São Paulo, principal responsável pela emergência do comércio livreiro na cidade.¹⁸

Diante dessas dificuldades, Müller construiu sua erudição importando livros e periódicos publicados na Europa. Durante os primeiros anos, logo de sua chegada, encontrou em seu pai, antigo censor no Desembargo do Paço e, também, diretor da Imprensa Real portuguesa, um grande aliado no envio dos livros até a capitania de São Paulo. Em 1818, ele já tinha formado uma importante biblioteca privada quando, por ocasião do falecimento de Johann Christian Müller, seu pai, viu sua coleção crescer significativamente após receber centenas de livros de herança.¹⁹

Não é por outra razão, portanto, que Daniel Pedro Müller tornou-se rapidamente uma referência de erudição na cidade de São Paulo ainda no começo do século XIX. Um bom índice de sua reputação é o repetido número de oportunidades em que a Câmara o designou para hospedar ou arranjar hospedagem a muitos dos viajantes que visitaram São Paulo nas duas primeiras décadas do Oitocentos. Este foi o caso, por exemplo, da passagem dos naturalistas bávaros Johan Baptist von Spix e Carl Friedrich Phillip von Martius pela capital paulista, entre 1817-18. Eles ficaram tão impressionados com a recepção de Müller que fizeram questão de reconhecê-lo publicamente nas últimas páginas do primeiro volume de seu *Reise in Brasilien*:

[...] When we arrived in the city, we found, by the kind attention of one of our countrymen, a house ready for our reception, and fitted up as well as circumstances permitted. Mr. Daniel Peter Müller, Lieut.-colonel in the Royal Portuguese Engineers, whose father was at first clergyman of the Protestant German congregation, and afterwards secretary to the Society of Sciences at Lisbon, has retained, though brought up in Portugal from his earliest youth, the most affectionate regard for his original countrymen, and received us with a German cordiality and friendship which could not fail immediately to inspire us with the sincerest esteem and gratitude, - sentiments which we feel peculiar pleasure in being able thus publicly to acknowledge.²⁰

Merece atenção o modo como os viajantes e naturalistas bávaros tomaram Müller por verdadeiro compatriota a despeito deste ter nascido e sido educado em Portugal. A passagem em que Spix e Martius destacam o carinho e amizade germânico com o qual foram recebidos por seu anfitrião mostra bem como o contato com pessoas como Müller – de origens germânicas e já bem estabelecidas em locais que eles pudessem visitar – era altamente valorizado pelos viajantes. Era ainda melhor quando eles se identificavam com seus anfi-

triões não apenas através dos laços de sangue e da língua, mas também pelo amor à ciência e a alta erudição, e este foi o caso.

Além de hospedar viajantes, Müller também produziu alguns trabalhos de natureza estatística e geográfica. Ainda que não seja o propósito deste trabalho discutir a trajetória deste engenheiro-militar, convém mencionar a importância de seus trabalhos nesses dois campos de atividades: o *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo* (1838), e o *Mappa Chorographico da Província de São Paulo* (1841).

No que diz respeito ao ensaio estatístico, ainda que este possa ser criticado pelo excesso de lacunas e dados equivocados em razão da ausência de uma metodologia sistemática na coleta dos dados,²¹ sua importância deve-se ao fato deste ser o primeiro trabalho estatístico impresso contendo uma série de informações demográficas, geográficas, militares, culturais e econômicas da então província de São Paulo. Até então, o acesso a esses dados era bastante restrito. Não é demais recordar que até 1838, quando o ensaio de Müller foi publicado, toda informação ali disposta só era acessível diretamente nos arquivos da administração provincial ou nas secretarias de governo espalhadas pelas demais províncias do Brasil. O acesso a tais informações demandava deslocamentos até os locais de guarda, mas, sobretudo, autorizações e licenças especiais de autoridades em níveis diferentes. A impressão e distribuição deste trabalho, ainda que em uma pequena tiragem, permitiu que essas informações circulassem por circuitos distintos. Não causa surpresa, portanto, que já a partir da década de 1840 os dados desse ensaio estatístico fossem empregados como fonte de informação por diversos historiadores, geógrafos, cartógrafos e editores em seus respectivos trabalhos.²²

De modo similar, o *Mappa Chorographico da Província de São Paulo*, teve um papel importante na transição de uma tradição de mapas manuscritos na província de São Paulo para a de mapas impressos. Ele foi encomendado a Müller pela Assembleia Legislativa da Província de São Paulo em 1835, mesmo ano em que esta foi estabelecida. A orientação dos deputados era a de que o mapa fosse impresso e encartado juntamente com o ensaio estatístico, mas sua impressão enfrentou problemas de natureza técnica, econômica e política, que culminaram na decisão de imprimi-lo em Paris apenas em 1841, três anos depois da estatística. Das oficinas parisienses retornaram cerca de 80 cópias deste mapa, juntamente com a matriz de cobre, que foram distribuídas por órgãos do governo provincial e imperial, além de ter algumas cópias vendidas a quem tivesse o interesse em adquiri-lo. Tal como ocorreu com a estatística em 1838, a distribuição e venda de cópias impressas deste mapa representou um marco na circulação do conhecimento geográfico do território de São Paulo durante o século XIX. Até então, os mapas produzidos na província e, mais ainda, os feitos nos tempos da capitania, eram todos manuscritos.²³

É importante trazer para a nossa reflexão a produção de Daniel Pedro Müller sob a encomenda da Assembleia Legislativa de São Paulo, ainda que esta tenha

21. A primeira estatística oficial do Brasil data de 1872. Segundo Nelson Senra, pesquisador da história estatística brasileira, quando se trata da produção de estatísticas no Brasil, o período de 1822-1889 foi marcado pelo amadorismo e intuição com a forte presença dos registros administrativos. Ainda não havia instituições oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), fundado apenas em 1940. O ensaio de Daniel Pedro Müller, portanto, é considerado por estudiosos da estatística brasileira como um trabalho proto-estatístico. Ver: Senra (2006).

22. Alguns exemplos são o ensaio estatístico de OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. *Quadro histórico da Província de São Paulo*. São Paulo: Typographia Imparcial, 1864. A Carta da Província de São Paulo, organizada pelo Visconde J. de Villiers de L'Île-Adam, impressa como uma folha solta em 1847 e mantida na coleção cartográfica da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro; e o mapa da Província de São Paulo inserido no Atlas organizado por Candido Mendes de Almeida. *Atlas do imperio do Brazil comprehendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judicarias dedicado a sua magestade o imperador o senhor D. Pedro II*: destinado à instrução publica no imperio com especialidade á dos alumnos do imperial collegio de Pedro II. Rio de Janeiro: Instituto Philomathico, 1868.

23. Para um estudo detalhado acerca do processo de produção e circulação do ensaio estatístico e do mapa provincial elaborados por Daniel Pedro Müller como tecnologias políticas, veja os capítulos 3 e 4 da dissertação de Beier, *op. cit.*, p. 112-213.

24. Lacoste (1988, p. 23).

25. Elden, *op. cit.*, p. 809.

se realizado anos depois das visitas dos cientistas estrangeiros, para contextualizarmos a noção de território que estes homens de letras tinham quando estavam produzindo suas obras. O geógrafo francês, Yves Lacoste, argumenta que o mapeamento é a forma de representação geográfica por excelência. Segundo este autor, tal formalização do espaço não é nem gratuita, nem desinteressada, mas sim, um meio indispensável de dominação do espaço, de modo que a confecção de uma carta implica num certo domínio político e matemático do espaço representado, e atua como um instrumento de poder não só sobre aquele espaço, mas também sobre as pessoas que nele vivem.²⁴ Tal noção dialoga diretamente com a de Stuart Elden, mencionada previamente, para quem a clareza conceitual e histórica da questão do território é dependente de uma série de técnicas e, também, das leis.²⁵

Assim, convém lembrar que a encomenda da estatística e do mapa da província de São Paulo em 1835 se deu no âmbito do aparelhamento efetivo das elites locais na administração provincial, isto é, com autonomia política, coercitiva e tributária para administrá-la segundo seus interesses. A análise detida destes produtos indicou que dentre os propósitos que orientaram sua produção estava não só a atualização e ampliação do conhecimento que se detinha do território provincial para melhor geri-lo, mas também o uso deste artefato como instrumento ideológico na defesa dos interesses mais caros desses grupos, tais como as disputas por limites com as províncias vizinhas ou a expansão da ocupação do território em direção ao Oeste, nas áreas habitadas pelas populações indígenas. Assim, ao colocar diversos exemplares tanto da estatística quanto do mapa em circulação, desejava-se que o conhecimento geográfico contido nesses artefatos fosse difundido para além dos usuais políticos e demais agentes a serviço da província.

Além disso, o cuidado na definição de alguns aspectos da elaboração deste mapa, como a escolha de um engenheiro-militar de vasta experiência e reconhecida erudição, as grandes dimensões da carta, além de sua impressão em um dos principais centros mundiais de produção cartográfica, sugere que era do interesse da administração provincial que esta fosse tida como a representação mais precisa de São Paulo possível de se realizar até então. Tudo isso demonstra uma intencionalidade no estabelecimento de padrões de representação do território paulista – localização dos limites, formas de representar a área não ocupada etc. – que pudessem ser reproduzidos por cartógrafos, geógrafos, litógrafos, editores de mapas ou viajantes, dentre outros. Pretendia-se, portanto, controlar o território não apenas a partir da administração em si, mas também através da produção e circulação do conhecimento geográfico que se detinha sobre aquele território.

Vale lembrar que outros cientistas de origens germânica se estabeleceram em partes distintas da América portuguesa. Estes são os casos do Barão de Langsdorff, nas proximidades do Rio de Janeiro; Wilhelm Eschwege em Vila Rica, e Friedrich Varnhagen, perto de Sorocaba. Todos eles mantinham posições proeminentes em suas

respectivas capitanias ou, mais que isso, tinham influência ou acesso direto a oficiais dos governos locais. Tal como ocorreu com Daniel Müller, a agência desses indivíduos engendrou espaços de circulação que contribuiu com os viajantes e homens de letras que os visitavam no início do século XIX de formas distintas, como veremos adiante.

A CASA DO BARÃO DE ESCHWEGE E A FÁBRICA DE FERRO DIRIGIDA POR VARNHAGEN

Wilhelm Ludwig von Eschwege, o barão de Eschwege, nasceu em Aue aos 15 de novembro de 1777, atual estado de Hessen, na Alemanha. Em 1800, ele concluiu seus estudos em montanística (metalurgia), com o professor Johann Christoph Ullman, na Universidade de Marburg. Apenas três anos após sua graduação, Eschwege viajou para Lisboa em companhia de Friedrich Ludwig Wilhelm Varnhagen para trabalhar sob a supervisão do então Intendente Geral das Minas e Metalurgia de Portugal, José Bonifácio de Andrada e Silva. Em 1807 foi apontado capitão da companhia de mineiros do primeiro regimento da artilharia do exército português e, um ano mais tarde, substituiu José Bonifácio no cargo de Intendente Geral das Minas e Metalurgia.²⁶

Foi enviado de Lisboa para a América portuguesa em 1810 e, apenas um ano mais tarde, já estava trabalhando na capitania de Minas Gerais, onde permaneceu por dez anos. Ali foi responsável pela primeira extração de prata da capitania, em maio de 1812, bem como a primeira produção de barras de ferro na Fábrica Patriótica, em dezembro daquele mesmo ano.²⁷ Sua chegada na capitania mineira pode ser entendida como uma em uma série de mineralogistas luso-brasileiros e estrangeiros contratados pela administração colonial para dirigir fábricas e aplicar métodos capazes de incrementar as técnicas de mineração, especialmente de ouro, diamantes e ferro.²⁸

Além de se estabelecer em Minas Gerais, Eschwege também realizou uma série de viagens às capitanias vizinhas, bem como recebeu muitos viajantes em sua residência na cidade de Vila Rica (atual Ouro Preto). Este foi o caso barão de Langsdorff, que em 1816 fez uma breve viagem a capitania de Minas Gerais acompanhado do naturalista francês, Auguste Saint-Hilaire, sendo ambos recebidos por Eschwege em Vila Rica. Outros viajantes ali recebidos foram os bávaros Spix e Martius, em 1818, quando retornavam de sua estadia nos arredores de Sorocaba, onde visitaram a fábrica de ferro então dirigida pelo velho amigo de Eschwege e Bonifácio, Friedrich Varnhagen.²⁹

No que diz respeito às excursões realizadas por Eschwege neste período, vale mencionar sua primeira visita à capitania de São Paulo (1817-18). No fim de 1817, ele se encontrou com os naturalistas Spix e Martius na fazenda de Langsdorff, próximo ao Rio de Janeiro, e juntamente com Thomas Ender, pintor austríaco, forma-

26. Para um perfil biográfico mais detalhado do barão de Eschwege, ver: Renger (2002, p. 391-397).

27. Este é considerado o primeiro ferro produzido tecnologicamente no Brasil. Ver: Renger, *op. cit.*, p. 394.

28. Outro bom exemplo nesse sentido foi a contratação do bom amigo de Eschwege, Friedrich Varnhagen, para dirigir uma fábrica de ferro na capitania de São Paulo, em 1814, nos arredores de Sorocaba.

29. Renger, *op. cit.*, p. 394.

30. von Spix, *op. cit.*, p. 269-327.

31. Para uma análise detalhada desta carta, ver: Beier e Cintra (2016, p. 227-237).

ram uma comitiva que seguiu viagem em lombo de mulas até São Paulo, posteriormente documentada no já citado livro de Spix e Martius e nas pinturas de Ender.³⁰ Foi no decurso desta viagem a São Paulo que Eschwege desenhou o mapa manuscrito apresentado na figura 1, intitulado *Mappa da Capitania de São Paulo*.³¹



Figura 1 - Cópia do barão de Eschwege do *Mappa da Capitania de São Paulo* (1817). Fonte: Wilhelm Ludwig von Eschwege. *Mappa da Capitania de São Paulo*. 1817. 1 map, ms. col. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Sobre a produção deste mapa, importa lembrar que quando Eschwege fez sua viagem para São Paulo, em 1817, esta capitania era então governada por Francisco de Assis Mascarenhas, o conde de Palma. Este último é o mesmo que anos antes, em 1811, como governador de Minas Gerais, havia contratado Eschwege para trabalhar naquela capitania. Além disso, quando o barão de Eschwege chegou à cidade de São Paulo acompanhado da ilustre comitiva de viajantes germânicos – Spix, Martius e Ender – ele e seus amigos foram recebidos justamente por Daniel Pedro Müller.

Uma análise do cartucho deste mapa, detalhado na figura 2, revela algumas pistas que ajudam a identificar o modo como Eschwege obteve informações para produzir seus próprios mapas, anos mais tarde. Se observarmos com atenção veremos que a inscrição no cartucho feita pelo barão de Eschwege informa: “Mapa da capitania de São Paulo levemente copiado do original pelo Coronel Engenheiro Mr. João da Costa Ferreira no ano de 1811 para o uso pessoal do Tenente Coronel de Engenheiros Guilherme, Barão de Eschwege, 1817”.

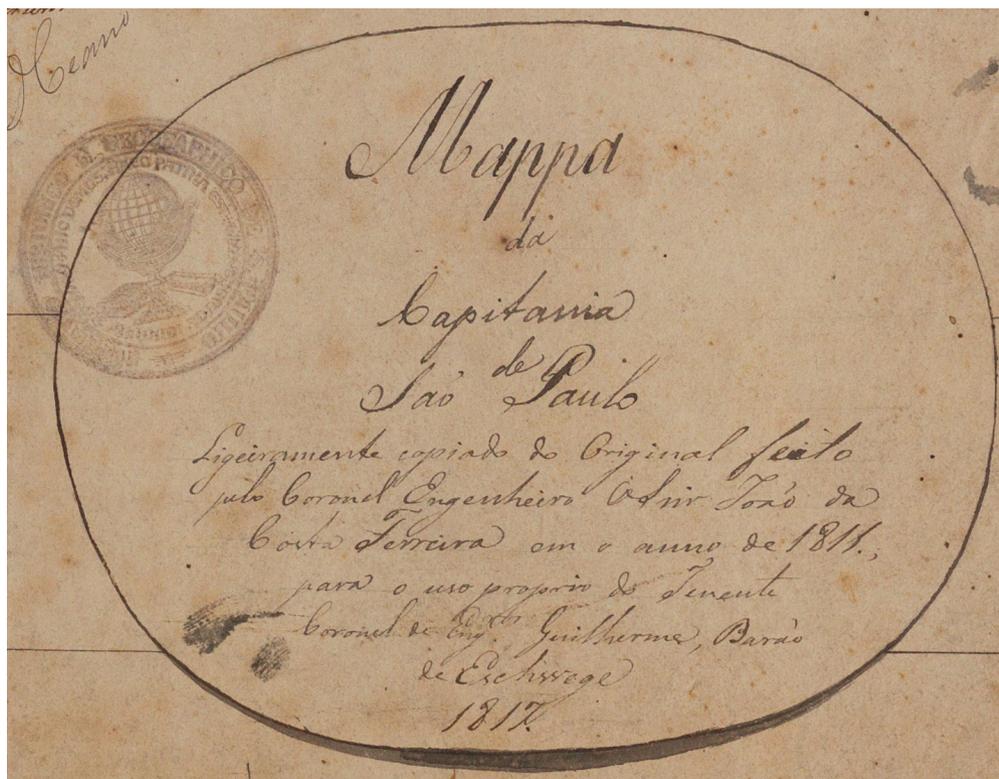


Figura 2 - Cartucho do *Mappa da Capitania de São Paulo*, pelo Barão de Eschwege, 1817. Fonte: Wilhelm Ludwig von Eschwege. *Mappa da Capitania de São Paulo*. 1817. 1 map, ms. col. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Segundo essas informações, e com base no contexto que apresentamos até aqui, não é exagero inferir que Eschwege copiou este mapa manuscrito durante sua primeira viagem a São Paulo em 1817. Mais que isso, a referência ao mapa original, desenhado por João da Costa Ferreira (1811), também sugere que ele teve acesso facilitado a documentos manuscritos, tais como mapas antigos da capitania de São Paulo, a maior parte deles mantida nos arquivos da Secretaria de Governo. Em uma sociedade hierárquica, marcada por relacionamentos típicos do *Ancien Régime*, a proximidade do barão de Eschwege com o conde de Palma garantiu-lhe todo o acesso a cópias dos documentos que ele julgasse necessário para seus próximos trabalhos. Mais ainda, com as devidas permissões, ele também podia contar com os préstimos de seu compatriota e anfitrião, Daniel Pedro Müller, que naquele momento ocupava posição destacada entre os quadros técnicos-administrativos da capitania de São Paulo.

Nesse sentido, importa recordar que a despeito de os mapas geográficos, estatísticas e outros documentos de natureza geográfica serem mantidos em arquivos da estrutura administrativa colonial portuguesa, tais como as secretarias de governo de cada capitania, o acesso a esses documentos era estritamente controlado. O

32. Para estudos que abordam o problema do controle de acesso à documentação administrativa durante o período colonial, ver: Kantor (2004, p. 202-208), Melo (2013, p. 117-130) e Puntoni (2004, p. 107-126).

33. Elden, *op. cit.*, p. 808-812.

próprio regulamento da função de secretário de governo descreve as responsabilidades desses empregados no que diz respeito ao acesso de documentos administrativos. Além deles próprios, outros membros do governo poderiam negar ou garantir acesso a documentos oficiais, tais como os governadores e capitães-generais, o vice-rei do Estado do Brasil, membros do Conselho Ultramarino ou, em última instância, o Secretário de Estado de Assuntos Estrangeiros, representando a Coroa.³² Um bom exemplo de proibição direta proveniente do Reino foi a negação da entrada de Alexander von Humboldt na América portuguesa em razão de uma interdição estabelecida pela Coroa a viajantes estrangeiros ainda nos primeiros anos dos Oitocentos. Uma vez mais, este exemplo permite sublinhar como a informação geográfica do território depende não só de uma série de técnicas, mas também de um conjunto de leis – nas palavras de Elden, medida e controle; o técnico e o legal – que devem ser articulados para uma abordagem mais proveitosa das questões em torno do território, tais como a produção e a circulação do conhecimento geográfico.³³

Assim, retomando à produção do barão de Eschwege, se compararmos seu *Carte des Golddistrictes eines Theils der Provinz S. Paulo nebst einem Theile der angrenzender Provinz von Minas Geraes* (Figura 3) com o *Mappa da Capitania de São Paulo*, copiado por ele mesmo durante sua viagem a São Paulo em 1817, fica evidente que este último foi uma das bases cartográficas que ele empregou para preparar o primeiro, publicado no *Pluto Brasiliensis* em 1833.

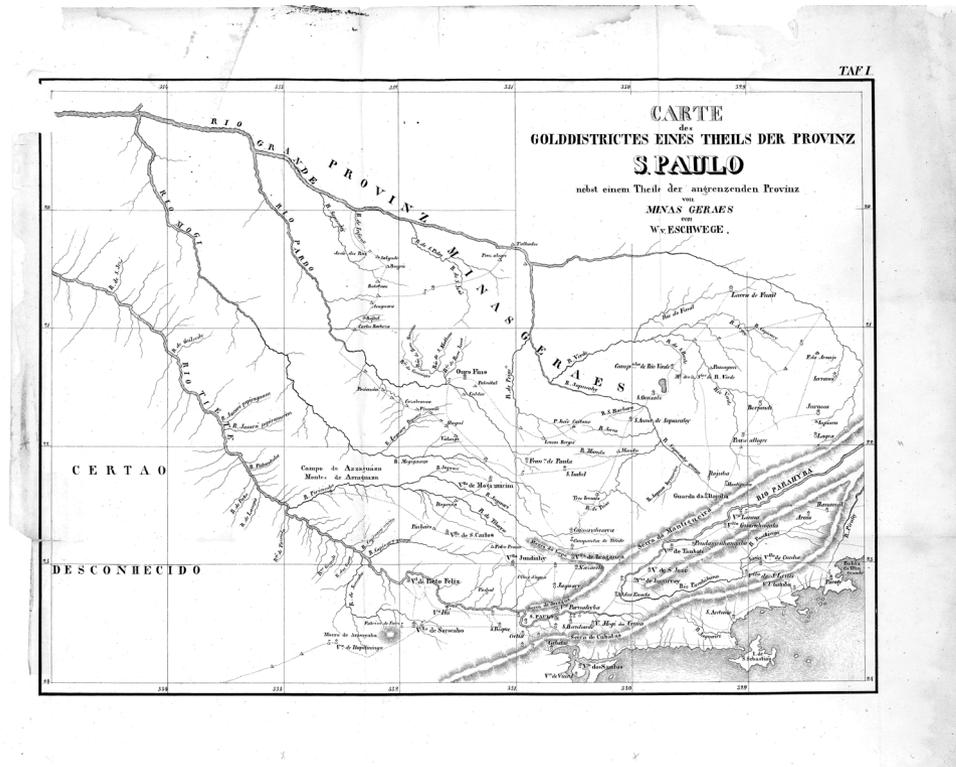


Figura 3 - Reprodução da *Carte des Golddistrictes eines Theils der Provinz S. Paulo nebst einem Theile der angrenzender Provinz von Minas Geraes* von W. v. Eschwege (1833). Fonte: Wilhelm Ludwig von Eschwege. *Carte des Golddistrictes eines Theils der Provinz S. Paulo nebst einem Theile der angrenzender Provinz von Minas Geraes* von W. v. Eschwege. 1 map : impr.; 32,1 x 23,1 cm In: *Pluto Brasiliensis*. Berlim: Reimer, 1833, prancha 1.

Basta uma rápida análise deste mapa para perceber que a então província de São Paulo foi apenas parcialmente representada, diferentemente do mapa de Costa Ferreira. No entanto, como o próprio título indica, o propósito desta representação era o de mapear os distritos auríferos das províncias de Minas Gerais e São Paulo. Quanto a esta última, deve-se observar que foram representados apenas as áreas limítrofes com Minas Gerais, o vale do rio Paraíba e os arredores da cidade de São Paulo, avançando até a fábrica de ferro de São João de Ipanema, visitada por Eschwege em 1820.³⁴

Um segundo aspecto para o qual gostaríamos de chamar atenção é a extensa área localizada na parte ocidental da capitania de São Paulo que aparece representada como “Certão Desconhecido”. Essa expressão, bem como outras partes deste mapa, são permanências da cópia feita por Eschwege a partir do mapa de João da Costa Ferreira.³⁵



Figura 4 - Permanência da expressão “Certão Desconhecido”, copiada pelo barão de Eschwege em 1817, do mapa original elaborado por João da Costa Ferreira em 1811. Fonte: Wilhelm Ludwig von Eschwege. *Mappa da Capitania de São Paulo*. 1817. 1 map, ms. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Sobre João da Costa Ferreira (1750-1822), importa saber que foi um engenheiro militar português, enviado à América portuguesa em 1788, em companhia do então recém nomeado governador e capitão-general de São Paulo, Bernardo José de Lorena (governou de 1788-97). Ferreira foi designado para servir na divisão de demarcadores dos limites acordados entre as coroas ibéricas durante as negociações do tratado de Santo Ildefonso (1777)³⁶. Entretanto, como os trabalhos de demarcação estavam paralisados, ele acabou realocado para trabalhar junto à divisão de engenheiros e astrônomos que estava sendo formada para a capitania de São Paulo.

Além do capitão-engenheiro Costa Ferreira, a divisão era composta por dois matemáticos e astrônomos, um ajudante de engenheiros e dois outros soldados de carreira, ambos com treinamento em matemática. Dentre outros trabalhos de engenharia na capitania de São Paulo, o trabalho realizado por essa divisão no que se refere à produção de mapas marca um período de transição do século XVIII para o XIX. Eles antecedem a produção dos mapas impressos, mas introduz novas técnicas e traz o resultado de novos levantamentos da localização geográfica de diversos núcleos urbanos de São Paulo, bem como um

34. Eschwege realizou uma segunda viagem a São Paulo para visitar seu amigo José Bonifácio de Andrada e Silva, que tinha recém-chegado da Europa após longo período de estudo e serviço em Portugal. Visitou também Friedrich Varnhagen, que ainda dirigia a fábrica de ferro São João de Ipanema. Para uma descrição da segunda viagem a São Paulo, ver: von Eschwege (2001).

35. Sobre a expressão “Certão Desconhecido”, convém recordar que ela foi empregada por cartógrafos, geógrafos e outros mapeadores de São Paulo para representar uma vasta região habitada por populações indígenas, pelo menos, desde a década de 1790. A presença desta expressão reproduzida no mapa de Eschwege e em muitos outros publicados posteriormente, indica uma continuidade marcante da cartografia produzida no período colonial nos mapas elaborados ao longo do século XIX e na primeira década do XX. Trata-se de um elemento importante para a construção de uma das mais robustas “ideologias geográficas” usadas para mover a expansão da ocupação territorial de São Paulo em direção ao oeste, avançando sobre as terras das populações indígenas. Ver: Beier e Martin, (2018). Sobre a categoria ideologia geográfica, ver: Moraes (1991).

36. Para um estudo biográfico detalhado de João da Costa Ferreira, em São Paulo, ver: Toledo (1981).

37. Beier e Marthin, *op. cit.*

38. Francisco de Oliveira Barbosa (1749-c. 1806), astrônomo real da rainha Maria I (reinou de -1777-1816), foi um dos membros da divisão de engenheiros da capitania de São Paulo. Ele calculou e fixou os pontos de longitude e latitude da cidade de São Paulo, bem como de outros treze pontos do litoral paulista, desde Guaratuba à barra do Juqueiquerê, que aparecem no mapa de João da Costa Ferreira copiado por Eschwege.

mapeamento mais detalhado tanto da costa como do interior da capitania. Como resultado desses esforços, a divisão produziu uma série de mapas manuscritos, desenhados entre os anos de 1789 e 1794, que formaram a base cartográfica de vários dos trabalhos produzidos posteriormente na primeira metade do século XIX, como os já mencionados mapas de Daniel Pedro Müller, do barão de Eschwege e do visconde J. de Villiers Adam, por exemplo.³⁷

Não é de se estranhar, portanto, identificarmos no mapa copiado por Eschwege em 1817, uma tabela, localizada no canto inferior esquerdo, contendo as informações dos levantamentos astronômicos realizados por Francisco de Oliveira Barbosa entre 1791-93.³⁸ Muitos desses pontos astronômicos, vale dizer, são cálculos atualizados a partir dos levantamentos da costa realizados pelos padres matemáticos ainda na década de 1730.

Pontos astronômicos fixados (Ol. Barbosa)

<i>Nomes dos lugares</i>	<i>Latitudes</i>			<i>Longitudes</i>		
<i>Villa Ubatuba</i>	<i>23</i>	<i>26</i>	<i>3"</i>	<i>333</i>	<i>36</i>	<i>0"</i>
<i>Ilha S. Sebastião.</i>	<i>23</i>	<i>47</i>	<i>40</i>	<i>333</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
<i>Fortaleza da Barra 2.ª de Santos</i>	<i>24</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>331</i>	<i>24</i>	<i>30</i>
<i>Ilha da Bonceirão</i>	<i>24</i>	<i>10</i>	<i>40</i>	<i>331</i>	<i>20</i>	<i>0</i>
<i>Ilha de Yguapé</i>	<i>24</i>	<i>42</i>	<i>35</i>	<i>330</i>	<i>30</i>	<i>0</i>
<i>Ilha de Cananéia</i>	<i>25</i>	<i>0</i>	<i>35</i>	<i>330</i>	<i>5</i>	<i>0</i>
<i>Ilha de Peruquá</i>	<i>25</i>	<i>31</i>	<i>30</i>	<i>329</i>	<i>36</i>	<i>0</i>
<i>Ilha de Guaratuba</i>	<i>25</i>	<i>52</i>	<i>25</i>	<i>329</i>	<i>30</i>	<i>0</i>
<i>Ilha de Curitiba</i>	<i>25</i>	<i>25</i>	<i>43</i>	<i>não se observou</i>		
<i>Faz. de Camapuã</i>	<i>19</i>	<i>35</i>	<i>14</i>	<i>349</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
<i>e Nova Coimbra</i>	<i>19</i>	<i>55</i>	<i>0</i>	<i>321</i>	<i>31</i>	<i>45</i>

Figura 5 - Detalhe do *Mappa da Capitania de São Paulo*, com a representação da tabela dos pontos astronômicos fixados pelo astrônomo “Barboza”. Fonte: Wilhelm Ludwig von Eschwege. *Mappa da Capitania de São Paulo*. 1817. 1 mapa, ms. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Desse modo, a produção de mapas realizada por João da Costa Ferreira e seus colegas de divisão também se apoiou em trabalhos que os antecederam, elaborados quer por outros profissionais de origem europeia, quer por diversos exploradores anônimos, sertanistas e da população indígena. Todos estes vinham produzindo ou contribuindo para a produção de mapas da porção Sul e Centro-Sul da América portuguesa, pelo menos, desde o século XVII.³⁹ Nesse sentido, vale mencionar o mapeamento realizado pelos “padres matemáticos”, que produziram diversas cartas de uma porção dilatada desse espaço na década de 1730,⁴⁰ bem como os esforços de produção e compilação documental realizados por Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, o morgado de Mateus, governador e capitão-general de São Paulo entre 1765-1775.

Sobre este último, ainda que não seja o objetivo deste trabalho detalhar a produção e circulação de mapas durante o seu governo, interessa saber que este administrador colonial, como ele próprio explicou ao Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Sebastião, José de Carvalho e Mello, buscou levantar diretamente com alguns engenheiros militares que serviam a capitania, tal como o português José Custódio de Sá e Faria, e também entre exploradores do sertão e indivíduos dos distintos grupos da população indígena de São Paulo, o maior número de mapas e descrições geográficas que já se havia produzido até a data de sua chegada à capitania. Foi, portanto, partindo dos conhecimentos que esses agentes obtiveram diretamente do terreno, que o morgado de Mateus não só organizou, ele próprio, o desenho de novos mapas geográficos, mas também ordenou a construção de uma “Casa de Geometria” dentro do Palácio do Governo de São Paulo, onde algumas cartas foram desenhadas por ele mesmo ou por técnicos sob sua direção.⁴¹

Dessa forma, o principal aspecto para o qual gostaríamos de chamar atenção aqui é que espaços como as casas do marechal Müller e do barão de Eschwege passaram a ser locais frequentemente visitados por muitos cientistas e homens de letras, pois através deles era possível ter contato com parte do conhecimento geográfico produzido na América portuguesa nos séculos XVII e XVIII, desde que esses visitantes tivessem as permissões adequadas para serem recebidos nessas casas ou, mais ainda, de usufruírem das agências de Müller e de Eschwege.⁴²

Acreditamos que as casas, a fábrica e a fazenda analisadas neste artigo são exemplares de como esses “espaços de circulação” abrangem os processos de encontro, negociação e reconfiguração de saberes apontados por Kapil Raj em seu trabalho.⁴³ Dito de outra maneira, o exemplo da interação de Eschwege com Müller em São Paulo dá a ver como, através da agência deste último, se estabeleceu uma relação entre o barão de Eschwege, João da Costa Ferreira, Francisco de Oliveira Barbosa e os padres matemáticos através de suas produções. Isto é, o conhecimento produzido pelos jesuítas matemáticos na década de 1730 apareceu reconfigurado no levantamento feito pelo astrônomo Francisco de Oliveira Barbosa (1791-93),

39. Para um estudo detalhado do conhecimento geográfico produzido por exploradores, sertanistas e populações indígenas no interior de São Paulo durante o século XVIII, ver: Glória Kok. *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 2004. Ver também o artigo de Denise Moura que buscou identificar a subjetividade espacial da mulher indígena em uma expedição de mapeamento no interior da porção Sul da América portuguesa entre os anos de 1768-1773. Cf. Moura (2022).

40. Para mais informações a respeito dos mapas produzidos pelos jesuítas matemáticos Domenico Capacci e Diogo Soares durante a primeira metade do século XVIII, ver: Almeida (2001).

41. Carta (1952, p. 204). Sobre o morgado de Mateus e a produção de mapas em São Paulo, ver o primeiro capítulo da tese de Beier (2022).

42. Um documento ou informação podia não estar fisicamente na casa de Müller, por exemplo, mas através da agência dele poderia ser acessado ou copiado diretamente no arquivo da secretaria de governo.

43. Segundo Raj é com base na dinâmica dos movimentos e das conexões que essa circulação dos saberes acaba por estabelecer relações entre grupos díspares de especialistas práticos. Ver: Raj, *op. cit.*, p. 58.

nas formas de um mapa manuscrito assinado por João da Costa Ferreira (1811). Este último, como vimos, foi copiado por Eschwege seis anos mais tarde e, novamente transformado, foi publicado em seu *Pluto Brasiliensis* (1833), quase um século depois da chegada dos jesuítas em São Paulo.

Estes processos de reconfiguração dos saberes ressaltam não só a natureza cumulativa da produção de conhecimento, mas antes de tudo, a compartilhada. A seguir buscaremos detalhar o último exemplo desses espaços de circulação que também foi procurado por diversos viajantes nas primeiras décadas do Oitocentos: a fazenda *Mandioca* de propriedade do barão de Langsdorff, na capitania do Rio de Janeiro.

A FAZENDA MANDIOCA DO BARÃO DE LANGSDORFF

Georg Heinrich von Langsdorff nasceu em 18 de fevereiro de 1774, na cidade de Wollstein, no estado de Hessen (atual Alemanha). Graduou-se em medicina na Universidade de Göttingen, onde também recebeu um doutorado em obstetrícia aos 23 anos de idade. Naturalizou-se russo e foi nomeado pelo czar Alexandre I como cônsul geral do Império Russo na cidade do Rio de Janeiro, onde desembarcou em 1813. Três anos mais tarde comprou uma fazenda localizada no fundo da baía de Guanabara, atual município de Magé, à qual deu o nome de Mandioca, retratada em uma aquarela elaborada pelo pintor austríaco Thomas Ender (Figura 5).

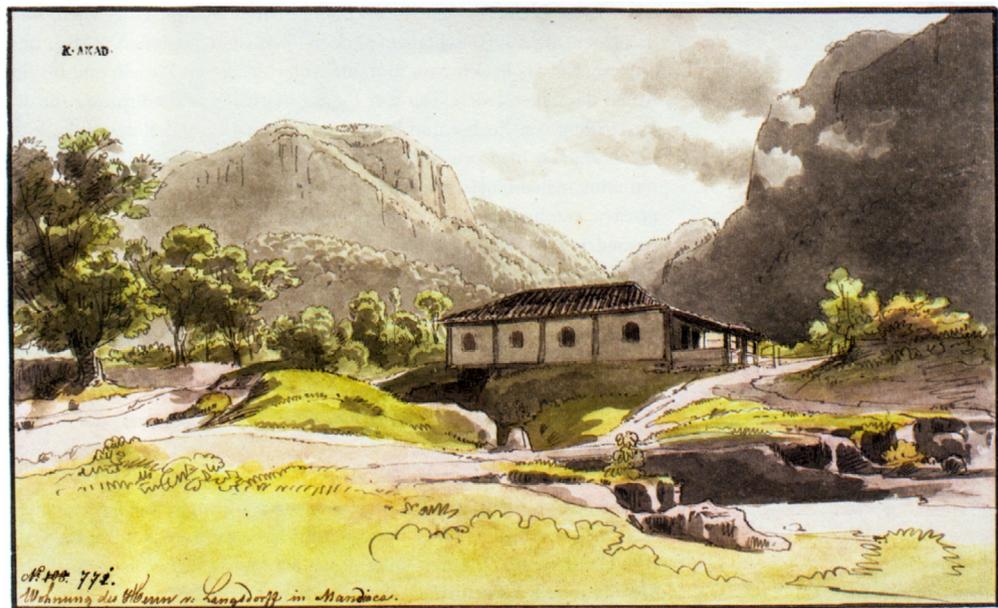


Figura 6 - A fazenda Mandioca em uma aquarela de Thomas Ender (1817-1818). Fonte: Thomas Ender. *Mandioca*. 1817. Watercolour. 19,1 x 31,7 cm. Kupferstichkabinett der Akademie der bildenden Künste Wien (Austria).

Nessa fazenda, Langsdorff se estabeleceu definitivamente durante seus anos no Brasil, recebendo diversos viajantes europeus que visitaram o Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX, como o próprio Ender, autor da aquarela representada na figura 5.⁴⁴ Tanto quanto as casas de Daniel Müller e do barão de Eschwege, a fazenda Mandioca era um local visitado amiúde por todos aqueles interessados em obter e trocar informações científicas de naturezas distintas (estatísticas, geográficas, históricas, botânicas, zoológica, etc.). Para tanto, Langsdorff havia instalado em sua fazenda uma biblioteca científica, um herbário, um jardim botânico e coleções zoológicas e minerais.

A experiência de receber diversos viajantes durante suas expedições através do Brasil deve ter influenciado o próprio Langsdorff, em alguma medida, a idealizar, ele mesmo, uma grande expedição científica cruzando o interior do país.⁴⁵ Assim, por volta de 1816, ele retornou para a Rússia a fim de apresentar seu projeto ao czar Alexandre I, obtendo aprovação e financiamento para iniciar as preparações da grande expedição. O projeto de Langsdorff, no entanto, só se efetivou a partir de julho de 1821. A partir de então, ele organizou uma expedição que reuniu 39 pessoas, dentre as quais o botânico prussiano Ludwig Riedel, o pintor bávaro Johann Moritz Rugendas e o astrônomo russo Nester Rubtsov, responsável pela produção dos mapas durante a expedição.

A primeira parte da viagem começou ainda em 1821, com excursões curtas pelo interior das capitânicas do Rio de Janeiro e, anos mais tarde, a Minas Gerais. Contudo, devido ao contexto político de disputas em torno da independência política do Brasil, foi apenas após 1825 que a expedição pode seguir seu itinerário e deixar o Rio de Janeiro em direção ao interior do país. A interdição, desta vez, partia do Império da Rússia, que logo após a derrota de Napoleão, em 1815, havia proposto e firmado uma aliança com a Prússia e a Áustria, a Santa Aliança, no intuito de conter as revoluções liberais e ideias republicanas na Europa. Com o movimento de autonomização do Brasil a partir de 1822, o czar russo, Alexander I, ordenou uma posição de distanciamento em relação ao Rio de Janeiro, afetando os planos da expedição de Langsdorff. A continuidade da expedição, portanto, só teve seu início autorizado em 1825, após Brasil e Portugal firmarem o *Tratado do Rio de Janeiro* e com as primeiras nações europeias, Inglaterra e França à frente, reconhecerem a independência do Brasil.⁴⁶ Essa interrupção revela claramente como a produção e a circulação do conhecimento são diretamente afetadas pelas relações político-jurídicas.

Autorização garantida, a segunda parte da expedição partiu da então capital do Brasil para a província de São Paulo por mar, desembarcando no porto de Santos, que foi mapeado por Rubtsov em 1825 (Figura 6).

Após alguns dias na capital da província paulista, os integrantes da expedição rumaram na direção de Sorocaba, onde visitaram a fábrica de ferro São João de Ipanema, localizada em seus arredores. Da fábrica se dirigiram a Porto Feliz,

44. Outros exemplos incluem o francês Auguste Saint-Hilaire, os bávaros Spix e Martius, o austríaco Johann Baptist Emanuel Pohl, o inglês John Luccock e o príncipe renano Maximilian zu Wied-Neuwied.

45. A expedição Langsdorff (1821-29) percorreu milhares de quilômetros pelo interior do Brasil, produzindo riquíssimas coleções artística, etnográfica, cartográfica, botânica e zoológica. Em razão do insucesso da expedição, essas coleções permaneceram longo tempo esquecidas nos arquivos russos, alemães e brasileiros, passando a ser estudadas apenas no século XX. Para estudos detalhados dessa expedição, ver: Becher (2017, p. 196-242), Costa e Diener (2014) e Strauss (2012).

46. Komissarov (1997, p. XIX).

nas margens do rio Tietê, local em que iniciaram a parte fluvial da expedição em direção ao Mato Grosso. Todo este trajeto foi mapeado por Rubtsov, que também desenhou uma planta da fábrica de ferro (Figuras 7-9).



Figura 7 - Planta do porto de Santos, por Nester Rubtsov (1825). Fonte: Nester Gavrilovitch Rubtsov. *Planta do porto de Santos situado a 23°53'17".5 de latitude S e 46°25'41" de longitude W de Greenwich*. 1825. 1 map, ms. In: Expedição Langsdorff. São Paulo; Brasília; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2010. Catálogo de Exposição.

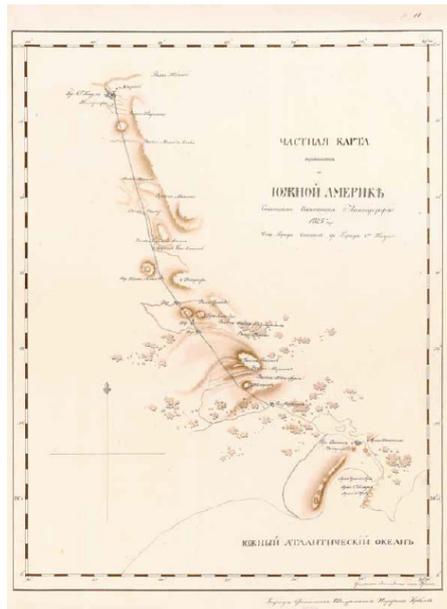


Figura 8 - Mapa-itinerário da expedição Langsdorff: do porto de Santos à cidade de São Paulo (1825). Fonte: Nester Gavrilovitch Rubtsov. *Mapa particular da viagem pela América do Sul do Conselheiro de Estado Langsdorff em 1825 da cidade de Santos até a cidade de São Paulo*. 1825. 1 map, ms. In: Expedição Langsdorff. São Paulo; Brasília; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2010. Catálogo de Exposição.

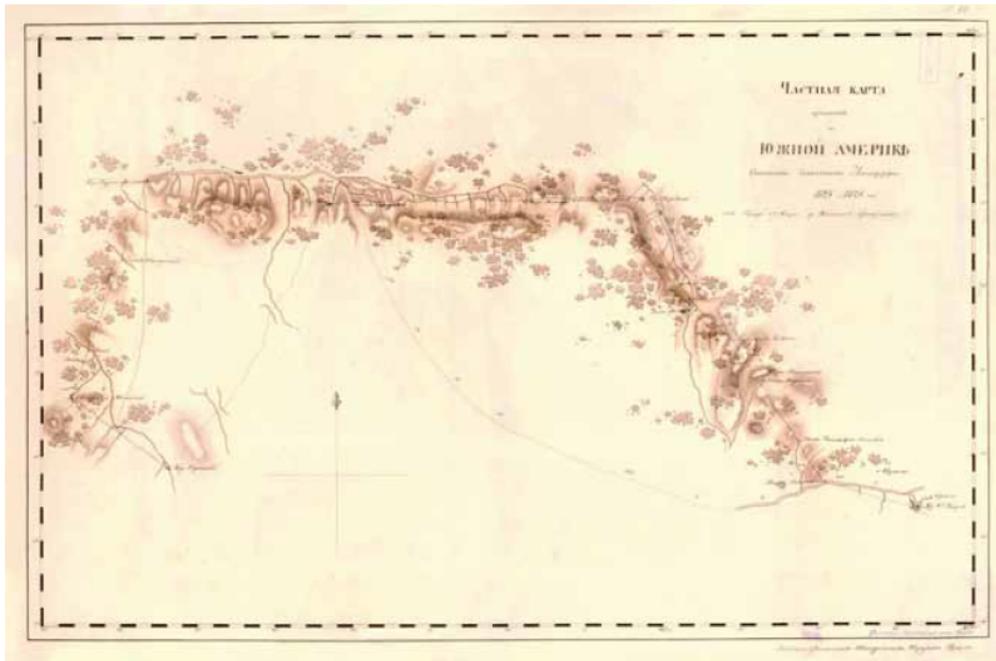


Figura 9 - Mapa-itinerário da expedição Langsdorff: de São Paulo a fábrica de ferro São João de Ipanema. Fonte: Nester Gavrilovitch Rubtsov. *Mapa particular da viagem pela América do Sul do Conselheiro de Estado Langsdorff em 1825 e 1826 da cidade de São Paulo a Fábrica de Ferro.* 1826. 1 map, ms. In: *Expedição Langsdorff.* São Paulo; Brasília; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2010. Catálogo de Exposição.

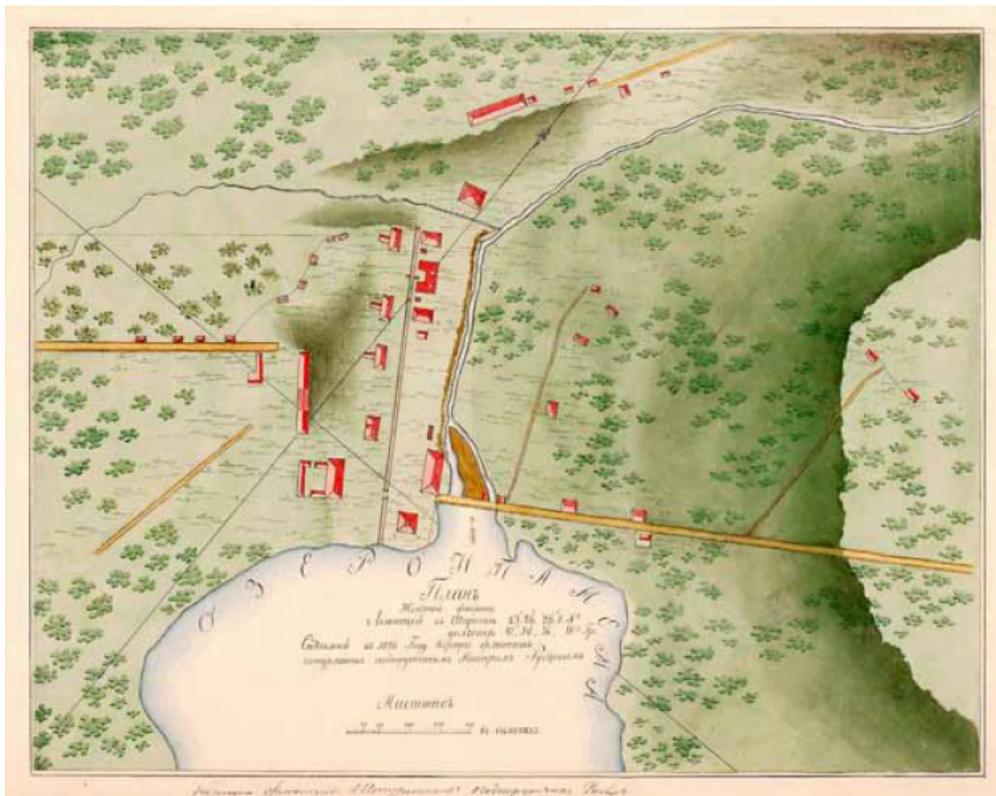


Figura 10 - Planta da fábrica de ferro São João de Ipanema. Fonte: Nester Gavrilovitch Rubtsov. *Planta da fábrica de ferro situada a 23°26'26".8 de latitude S e 47°38'7".6 de longitude W de Greenwich.* 1826. 1 map, manuscript. In: *Expedição Langsdorff.* São Paulo; Brasília; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2010. Catálogo de Exposição.

47. A informação sobre a expedição Langsdorff disponível nos arquivos russos pode ser encontrada em um catálogo completo dessa expedição nos arquivos da antiga União Soviética. Existe uma versão em língua portuguesa desse catálogo, publicada em 1981. Ver: Bertels, Komissarov e Litsenko (org.) (1981).

48. Beier, *op. cit.*, p. 48-49.

49. Segundo o historiador russo Boris Komissarov, pesquisador dedicado aos estudos da expedição Langsdorff, os mapas-itinerários feitos por Rubtsov “registram a localização de montanhas, serras, colinas, rios – e até mesmo riachos – com seus numerosos afluentes, curvas, rochas, cachoeiras, ilhas, correntes e árvores isoladas ao longo das margens, bem como baías, florestas, lagos e cavernas naturais”. Ver: Komissarov (2010, p. 21-23).

50. Komissarov, *op. cit.*, p. 23.

No que diz respeito aos documentos e objetos de cultura material produzidos e coletados durante a expedição Langsdorff, há séries de relatórios, correspondências, mapas e estatísticas – além de parte da documentação botânica, etnográfica e zoológica – espalhadas por coleções de diferentes arquivos russos. Essas coleções, vale dizer, permanecem ainda pouco estudadas por pesquisadores interessados nos mais diversos aspectos desta expedição. Entre os documentos, por exemplo, fomos informados da existência de diversas folhas soltas classificadas como “Diversas notícias sobre a província de São Paulo, por D. P. Müller”, todas elas transcritas pelo próprio barão de Langsdorff. As informações contidas nessas folhas são sobre história, geografia, demografia, economia e uma série de dados estatísticos para o ano de 1815. A existência de tais documentos anexos ao material colhido por Langsdorff sugere, dentre outras possibilidades, um contato prévio entre o barão e Daniel Pedro Müller ou, pelo menos, que alguém tenha levantado essas informações para Langsdorff a fim de que ele pudesse organizar melhor o itinerário da expedição através da província de São Paulo.⁴⁷ Não por acaso, foi justamente nesse mesmo ano de 1815 que Müller concluiu seu *Mapa Histórico, Político e Geográfico de S. Paulo* que, segundo o próprio autor:

[...] oferece um suficiente e extenso conhecimento da capitania ao primeiro golpe de vista, vantagem sempre resultante da História combinada com a Geografia, pois que um livro a primeira leitura só apresenta impressões confusas, quando o mapa oferece salientes grupos, que são outros tantos pontos de reunião de memória e juízo.⁴⁸

Outro exemplo é a coleção de mapas produzida por Nester Rubtsov no escopo da expedição Langsdorff. Em seu total ela é composta por oito plantas e 28 mapas-itinerários.⁴⁹ Desses, três plantas e nove mapas são especificamente relacionados à província de São Paulo. Todas escritas em russo, em alfabeto cirílico. As três plantas coloridas desenhadas por Rubtsov em São Paulo trazem representações da cidade de Santos, seu porto e a fábrica de ferro São João de Ipanema. Evidentemente, esses três espaços não foram mapeados ao acaso, mas direcionado pelos interesses de Langsdorff e do Império Russo no “importante porto brasileiro e incipiente indústria metalúrgica”, como o próprio barão registrou em seu diário de viagem.⁵⁰

Tanto os mapas-itinerários como as plantas produzidas por Rubtsov permaneceram esquecidas no arquivo naval russo por quase dois séculos. Foi apenas em 2010, durante uma exibição dedicada a expedição Langsdorff, que esses documentos retornaram ao Brasil e o catálogo dessa exibição foi publicado. Contudo, até hoje eles permanecem sem um estudo crítico que os coloquem em perspectiva com a produção de mapas do território paulista realizada tanto antes como depois da década de 1830.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os exemplos dos espaços mantidos por Daniel Pedro Müller, Wilhelm Ludwig von Eschwege, George Langsdorff e Friedrich Varnhagen dão a ver o contexto social e profissional em que o conhecimento geográfico circulava pouco antes ou, no momento mesmo em que as ciências estavam se institucionalizando no Brasil. Por meio deles, percebe-se que as casas, a fábrica e a fazenda desses homens funcionavam como pontos de acúmulo de conhecimentos científicos de distintas naturezas – geográfico, geológico, mineralógico, botânico, zoológico, etnográfico, etc. –, razão que contribuiu para despertar o interesse dos muitos viajantes estrangeiros que os visitaram. Isso não implica, porém, a existência de um fluxo livre de informações através desses espaços, tal como se pode depreender a partir da metáfora da rede de conhecimento. Ao se falar desses espaços de circulação de conhecimento, deve-se ter clareza de que as pessoas com acesso a eles eram selecionadas através dos mesmos mecanismos de controle que regulavam a sociedade.⁵¹

A ênfase dada nas relações político-técnicas e político-jurídicas ao abordarmos o problema do conhecimento do território ao longo deste artigo tiveram a função de historicizar o próprio conceito de território, evidenciando como esse varia segundo o conjunto de técnicas empregadas para medi-lo, como a cartografia, ou de leis para controlá-lo de alguma forma, como na definição de quem pode ou não circular por ele. A importância do conhecimento do território no contexto da instalação da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo em 1835, por exemplo, fez com que os deputados encomendassem a elaboração de uma estatística e um mapa provincial a Daniel Pedro Müller, que ordenassem a impressão de ambos e os fizessem circular por todo o país, para que não houvesse dúvidas no âmbito nacional qual era o território controlado por aquela assembleia de deputados.

A perspectiva do emaranhamento, empregada nas análises empreendidas neste ensaio, ajudou a compreender quão mais complexo foi esse processo de produção e circulação do conhecimento geográfico do que aquele relacionado à noção difusionista, que apenas destaca a contribuição dos viajantes e cientistas estrangeiros. Em vez disso, foi possível olhar para homens como Daniel Pedro Müller, por exemplo, desempenhando um papel importante na interação com os viajantes e homens de letras estrangeiros, seja por meio da troca de seu próprio conhecimento ou produções, seja através do acesso que garantiu a muitos desses viajantes às produções de um grupo de geógrafos, cartógrafos, mineralogistas, engenheiros-militares, matemáticos, astrônomos, sertanistas e anônimos, realizados em outros tempos e espaços, mas disponíveis por meio de sua agência.

Nesse sentido, a identificação e compreensão do funcionamento desses espaços de circulação nas primeiras décadas do Oitocentos é relevante, pois eles

51. Como aponta Raj, para além da natureza física dos espaços de circulação, há ainda que se ater aos interesses políticos e sociais que mantêm essas fronteiras e as dificuldades em fazer o conhecimento circular para além delas: “the physically bounded nature of spaces of circulation, the social and political interests that maintain these frontiers and the difficulties in getting knowledge to circulate beyond them”. Ver: Raj, *op. cit.*, p. 58.

52. *Id. ibid.*

53. Segundo esses autores: "Circulation is different from simple mobility, inasmuch as it implies a double movement of going forth and coming back, which can be repeated indefinitely. In circulating, things, men and notions often transform themselves. Circulation...therefore...implies an incremental aspect and not the simple reproduction across space of already formed structures and notions". Ver: Markovits, Pouchepadass e Subrahmanyam (2003, p. 2-3).

revelam justamente como a interação dos estrangeiros com os respectivos responsáveis pelo espaço de circulação acabava por relacionar todos eles com conhecimentos produzidos por grupos numerosos das mais diferentes pessoas localizadas não só em espaços, mas em tempos distintos ou, como aponta Kapil Raj, colocaram-nos em contato com um *continuum* pré-existente de relações em vez de estabelecer uma conexão baseada meramente em relações individuais.⁵²

Posto de outra forma, ao destacarmos a agência de Müller nas interações com os barões de Eschwege e de Langsdorff, para permanecermos neste exemplo, chamamos atenção para o modo como ele possibilitou o acesso desses cientistas às cartas produzidas por João da Costa Ferreira, nos anos 1790, ou mesmo as coordenadas de latitude e longitude de diversos núcleos urbanos do interior da América portuguesa – levantadas pelos padres matemáticos (década de 1730), por José Custódio de Sá e Faria (décadas de 1740-1760) e pelos astrônomos da divisão de engenheiros da capitania de São Paulo (décadas de 1790). O barão de Eschwege acabou usando essas informações para produzir e publicar seu mapa dos distritos mineiros de Minas Gerais e São Paulo no *Pluto Brasiliensis*; Langsdorff, por sua vez, buscou organizar o itinerário da viagem através da província de São Paulo no âmbito de sua expedição pelo interior do Brasil.

Cumprido destacar, por fim, que tanto os espaços de circulação destacados neste ensaio, como os papéis de Müller, Eschwege, Varnhagen e Langsdorff no processo de interação com os viajantes e cientistas estrangeiros que vieram para o Brasil nas primeiras décadas do Oitocentos, são apenas dois aspectos que elegemos a fim de enfatizar como esses encontros reconfiguram e transformam o conhecimento. Tal compreensão implica necessariamente em uma noção de construção compartilhada do conhecimento e, mais ainda, no reforço da percepção de que sua produção é cumulativa e se dá a partir de movimentos de idas e vindas que podem ser repetidos indefinidamente, como bem afirmaram Markovits, Pouchepadass e Subrahmanyam ao refletirem sobre as culturas itinerantes no sul da Ásia.⁵³

Se de um lado dessa via, esses viajantes e cientistas são identificados rapidamente como responsáveis pela produção do conhecimento publicado em suas obras na Europa, do outro, ao compreendermos o funcionamento dos espaços de circulação que eles visitaram durante sua permanência no Brasil, percebemos a importante agência de seus anfitriões e, mais ainda, o modo como o conhecimento produzido por dezenas de outros agentes se reconfigurou através do contato dos viajantes com os espaços de circulação, originando a produção assinada pelos viajantes e cientistas.

Se ousarmos pensar no movimento seguinte, isto é, na produção do conhecimento geográfico no âmbito de um novo contexto em que algumas instituições científicas já haviam sido instaladas e estavam em pleno funcionamento no Brasil, veremos que os trabalhos publicados por esses viajantes e cientistas na

Europa, pelas décadas de 1820-1840, circulou entre um novo público leitor formado no Brasil por esse período.⁵⁴ Instituições como a Biblioteca Nacional e o IHGB ou, ainda, o próprio mercado livreiro que se desenvolveu em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, promoveram uma circulação mais ampla dessas informações que, nas décadas anteriores, eram bem mais restritas. Assim, o conhecimento reproduzido nas obras de Spix & Martius ou Eschwege, por exemplo, foi reapropriado por parte desse público leitor e novamente reconfigurado para a produção de novos mapas, corografias, memórias históricas e outras produções assinadas, desta vez, por autores brasileiros. São esses os movimentos de idas e vindas, típicos da construção compartilhada do conhecimento, que se repetem indefinidamente, como as ondas do mar.

54. Por novo público leitor, referimo-nos a um grupo mais amplo de leitores que a partir da segunda década do Oitocentos passa a ter acesso mais facilitado a obras nacionais e estrangeiras não só a partir da chegada da imprensa no país (1808), mas da própria formação de um mercado consumidor de livros nos principais centros urbanos, especialmente, a partir da década de 1830. Para um estudo detido sobre as práticas de leitura em São Paulo no século XIX, cf. Deaecto (2011).

SOBRE O AUTOR

É doutor em História Econômica e mestre em História Social, ambos os títulos conferidos pela FFLCH-USP. Atualmente desenvolve uma pesquisa de pós-doutoramento em História da Cartografia no Museu Paulista, com estágio na Osher Map Library na University of Southern Maine, financiada pela FAPESP, processo 2023/01143-1, a quem o autor aproveita a oportunidade para agradecer. E-mail: rogerio.beier@usp.br.

REFERÊNCIAS

Fontes impressas

ALMEIDA, Candido Mendes de. *Atlas do imperio do Brazil comprehendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judicarias dedicado a sua magestade o imperador o senhor D. Pedro II: destinado á instrucção publica no imperio com especialidade á dos alumnos do imperial collegio de Pedro II.* Rio de Janeiro: Instituto Philomathico, 1868.

CARTA do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, d. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, para o Conde de Oeiras [Sebastião José de Carvalho e Melo], dando conta da primeira expedição da Companhia de Aventureiros Paulistas para Viamão, e outros assuntos de guerra e militares. 30 mar. 1766. In: *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.* São Paulo: Gráfica João Bentivegna, 1952. v. 72.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Journal von Brasilien, oder Vermischte nachrichten aus Brasilien.* Weimar: Im verlage des Gr. H.S. pr. S.l.: Landes-industries-comptoirs, 1817.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Brasil, novo mundo*. Tradução Myriam Ávila. Estudo Introdutório e Notas Friedrich E. Renger. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2001. v. II.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. *Quadro histórico da Província de São Paulo*. São Paulo: Typographia Imparcial, 1864.

SPIX, Johann Baptiste von; MARTIUS, Carl Phillip von. *Reise in Brasilien auf Befehl Sr. Majestät maximilian Joseph I. Königs von Baiern in den Jahren 1817 bis 1820*. München: Lindauer, 1823.

SPIX, Johann Baptiste von; MARTIUS, Carl Phillip von. *Travels in Brazil in the years 1817-1820*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme Brown and Green, 1824. v. 1.

Livros, artigos e teses

ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projeto do novo atlas da América portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. 208p.

BECHER, Hans. *O Barão Georg Heinrich von Langsdorff: pesquisas de um cientista alemão no século XIX*. Apresentação de Marcos Pinto Braga. Posfácio de Nicolau Sevcenko. Brasília: UnB, 1990.

BEIER, José Rogério; MARHTIN, Daniel. Aspectos da representação do território paulista em sua cartografia impressa: uma análise cartobibliográfica (1833-1932). *Confins*, v. 34, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/12809>. Acesso em: 11 mar. 2020.

BEIER, José Rogério. *Artefatos de poder*. Daniel Pedro Müller, a Assembleia Legislativa e a construção territorial da província de São Paulo (1835-1849). 2015, 385 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BEIER, José Rogério. *Caminhos para o Atlântico Sul: a reconfiguração do sistema de comunicações e de transportes em São Paulo durante a consolidação da economia açucareira (1788-1840)*. 2022. 354 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

BEIER, José Rogério; CINTRA, Jorge Pimentel. O mapa da Capitania de São Paulo de Wilhelm Ludwig von Eschwege: uma análise cartográfica. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA, 3, 2016. *Anais...* Belo Horizonte: Centro de Referência em Cartografia Histórica, 2016. p. 227-237.

BERTELS, D. E.; KOMISSAROV, B. N.; LICENKO, T. I. (org). A expedição científica de G. I. Langsdorff ao Brasil, 1821-1829. In: *Catálogo completo do material existente nos arquivos da União Soviética*. Brasília: MEC-SPHAN, 1981.

COHEN, Deborah; O'CONNOR, Maura (ed.). *Comparison and history: Europe in cross-national perspective*. New York: Routledge, 2004. p. ix-xxiv.

CONCEIÇÃO, Gisele Cristina da. Ciência, poder e circulação de conhecimento no século XVIII: Ribeiro Sanches e o Brasil colonial. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 42, p. 818-841, 2019.

COSTA, Maria de Fátima. Le voyage de Langsdorff au Brésil: une aventure inachevée. In: NAGLER, Linda Fregni ; RAIMONDI, Cristiano (org.). *Hercule Florence. le nouveau Robinson*. Mônaco: Monaco National Musée Nouveau et Humboldt Books, 2017. v. 1, p. 196-242.

COSTA, Maria de Fátima; DIENER, Pablo. *Bastidores da Expedição Langsdorff*. Cuiabá: Entrelinhas, 2014. v. 1.

DEAECTO, Marisa Midori. *O império dos livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2011.

ELDEN, Stuart. Land, terrain, territory. *Progress In Human Geography*, n. 34, v. 6, p. 799-817, 2010.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

GOULD, Elida H. Entangled histories, entangled worlds: the English-speaking Atlantic as a Spanish periphery. *The American Historical Review*, v. 112, issue 3, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial: sua desagregação. In: *História geral da civilização brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1965. Tomo II, v. 1.

KANTOR, Iris. *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec, 2004.

KANTOR, Iris. Cultura cartográfica e gestão territorial na época da instalação da corte portuguesa. In: KURY, Lorelai; GESTEIRA, Heloísa (org.). *Ensaio de história das ciências no Brasil: das luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012.

KOK, Glória. *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 2004.

KOCKA, Jürgen. Comparison and beyond. *History and Theory*, v. 42, n. 1, 2003.

KOMISSARIOV, Boris. As relações diplomáticas e comerciais entre Rússia e Brasil na época de Langsdorff. In: SILVA, D. G. B. (org.) *et al. Os diários de Langsdorff* [online]. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff, 1997. v. 1. ISBN 85-86515-02-7.

KOMISSAROV, Boris. Langsdorff: com o Brasil, para sempre. In: *Expedição Langsdorff*. São Paulo: Centro Cultural Banco do Brasil, 2010. Catálogo de Exposição.

LACOSTE, Yves. *A Geografia: isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988.

LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARKOVITS, Claude; POUCHEPADASS, Jacques; SUBRAHMANYAM, Sanjay. Introduction. In: *Society and circulation: mobile people and itinerant cultures in South Asia 1750-1950*. Delhi: Permanent Black, 2003. p. 1-22.

MELO, Josemar Henrique de. Os acervos coloniais e os secretários de governo das capitanias: o início dos arquivos no Brasil. *Ciência da Informação*, Distrito Federal, v. 42, n. 1, p. 117-130, 2013. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1399>. Acesso em: 12 nov. 2021.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991.

MORAES, Rubens Borba de. A Impressão Régia do Rio de Janeiro: origens e produção. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: Edusp, 1993. v.1, p. XXIII-XXV.

MOURA, Denise A S de. Aos olhos da mulher indígena: cartografia, espacialidade e gênero em expedições de mapeamento no Brasil meridional (século XVIII). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], Debates, jun. 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/88268>. Acesso em: 05 out. 2023.

PUNTONI, Pedro. Bernardo Vieira Ravasco, secretário do Estado do Brasil: poder e elites na Bahia do século XVII. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 68, p. 107-126, 2004.

RAJ, Kapil. Networks of knowledge, or spaces of circulation? The birth of British cartography in colonial south Asia in the late eighteenth century. *Global Intellectual History*, vol. 2, n. 1, p. 49-66, 2017.

RAJ, Kapil. *Relocating modern science: circulation and the construction of knowledge in South Asia and Europe, 1650–1900*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.

RENGER, Friedrich Renger. Resumo biográfico de Wilhelm Ludwig Barão Von Eschwege (1777-1855). In: *Jornal do Brasil 1811-1817 ou Relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Notas introdutórias de Friedrich E. Renger e Douglas Cole Libby. Tradução Friedrich E. Renger; Tarcísia Lobo Ribeiro e Gu?nter Augustin. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002. p. 391-397.

RODRIGUEZ, Julia. South Atlantic crossings: fingerprints, science, and the state in turn-of-the-century Argentina. *American Historical Review*, v. 109, n. 2, p. 387–416, 2004.

SENRA Nelson. Informação estatística: forma de saber, fonte de poder. *In: História das estatísticas brasileiras: estatísticas desejadas (1822-1889)*. Prefácio: Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. v.1

STRAUSS, Dieter. *Der grüne Baron: Georg Heinrich von Langsdorff, der Humboldt Brasiliens, und seine Expedition von Rio de Janeiro zum Amazonas 1822-1829*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2012. 140p.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected histories: notes towards a reconfiguration of early modern Eurasia. *Modern Asian Studies*, v. 31, n. 3, p. 735-762.

TOLEDO, Benedito Lima de. *O Real Corpo de Engenheiros na Capitania de São Paulo destacando-se a obra do Brigadeiro João da Costa Ferreira*. São Paulo: João Fortes Engenharia, 1981.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN Bénédicte. Beyond comparison: histoire croisée and the challenge of reflexivity. *History and Theory*, v. 45, n. 1, p. 30-50, 2006.

Artigo apresentado em: 03/01/2024. Aprovado em: 02/07/2024.



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License